

Avanços na Política Agrícola e a Safra 1992/93

Para a agricultura brasileira, a década de 90 começou de forma auspiciosa no campo legal-institucional. No início de 1991, o Presidente da República sancionou as chamadas "leis agrícolas", que estabelecem diretrizes básicas para a ação de Governo no setor. No campo institucional, pela mesma lei foi estabelecido o Conselho Nacional de Política Agrícola - CNPA. Posteriormente, no âmbito do Ministério da Agricultura foi criada a Secretaria Nacional de Política Agrícola - SNPA - e transferida para este Ministério a Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB.

Estabelecida e consolidada a parte legal-institucional básica, começou a ser concebida e implantada uma nova política agrícola com o objetivo de implementar um novo padrão de crescimento do setor, baseado fundamentalmente em

estímulos de mercado e menos em ações diretas de Governo.

Já no planejamento da safra de verão de 1991/92, os principais instrumentos de política agrícola começaram a ser ajustados ao novo modelo. Estabeleceram-se taxas reais de juros para o crédito agrícola, ainda que diferenciadas por tipos de produtores e menores do que as praticadas pelo mercado livre. Para viabilizar novas fontes de financiamento para o desenvolvimento do setor, foi criado o fundo de investimento de "commodities". Devido à frustração de safras anteriores e ao reduzido volume de estoques de produtos, foi necessário ainda estabelecer preços mínimos compensadores para estimular a produção. Em plena comercialização, o Governo evitou comprar produtos para sustentar os preços e a conseqüente renda dos produtores, preferindo atuar de forma indi-

reta através da transformação do empréstimo de custeio em comercialização, apostando no ajuste gradativo do mercado e em sua regularização.

Uma gama considerável de medidas liberalizantes que afetam o setor agrícola foram implementadas recentemente pelo Governo, destacando-se o rebaixamento das tarifas alfandegárias, tanto sobre insumos quanto sobre produtos agrícolas; maior realismo da política cambial de modo a incentivar as exportações; eliminação de todas as restrições quantitativas às exportações e às importações; estabelecimento de legislação contra a concorrência desleal de produtos importados, quando subsidiados na origem; redução da carga tributária sobre a agricultura; modernização da legislação dos serviços de armazenagem e de classificação para tornar possível a negociação nos mercados financeiros de Títulos lastreados em produtos (Warrant); privatização da comercialização do trigo, antes monopólio do Governo.

Dispositivos restritivos à ação do próprio Governo nos mercados estão sendo fortalecidos. Os estoques reguladores e estratégicos deverão, preferentemente, ser formados pela própria iniciativa privada. As importações efetuadas pelo Governo diminuíram significativamente e os Preços de Liberação de

Estoques - PLE - eliminaram, praticamente, os riscos de ações indevidas do Governo na comercialização, abrindo espaço para a iniciativa privada.

A liberação dos preços de todos os produtos agrícolas foi um grande avanço em direção ao livre mercado. No caso do preço do leite, por exemplo, quebrou-se uma inércia de 50 anos de intervenções governamentais diretas. Na área macroeconômica, afastou-se o temor de choques econômicos garantindo maior previsibilidade aos agentes de mercado, inclusive os agrícolas.

As decisões de política macroeconômica foram recentemente reforçadas pelo acordo com os bancos privados em relação à dívida externa. A volta do Brasil ao sistema financeiro internacional poderá viabilizar novas fontes de investimentos produtivos para a agricultura e agroindústria.

A capacidade empresarial dos agricultores e os acertados instrumentos de política econômica do Governo trouxeram como resultado uma grande safra da ordem de 71 milhões de toneladas de grãos. Este significativo crescimento em relação à safra anterior constitui-se em alavancagem para a volta do crescimento econômico, geração de renda para os produtores, desenvolvimento do interior do país e instrumento de controle da inflação.

Neste momento, o setor agrícola prepara sua próxima safra 1992/93. Os objetivos da política governamental estarão direcionados para a consolidação do crescimento da agricultura, aumento da produtividade e maior liberdade de mercado.

Para atingir aqueles objetivos, uma série de ações se fazem necessárias. Pretende-se, primeiramente, desregulamentar o crédito agrícola e dar maior liberdade de negociação entre produtores e agentes financeiros na contratação dos finan-

ciamentos de custeio. As modificações introduzidas nos Valores Básicos de Custeio - VBC -, que doravante terão 4 faixas de produtividade, recomendam que se elaborem projetos técnicos de produção, fundamentados no zoneamento agroecológico recentemente divulgado.

Conforme a experiência da safra anterior, pode-se prever que o volume de crédito e a programação de sua liberação atenderão à demanda do setor. A Política de Garantia de Preços Mínimos continuará sendo importante instrumento de alavancagem da comercialização, dando ênfase à formação de estoques pela iniciativa privada. No caso particular da soja, não serão mais efetuadas compras pelo Governo, mas concedido financiamento à estocagem. Produtos cujos estoques estão altos terão pequena redução real nos preços mínimos, como é o caso do milho e do feijão.

Dentre as atribuições governamentais, será fortalecido o serviço de meteorologia do Ministério para que tenha condições de divulgação de possíveis ocorrências climáticas, com uma antecedência de até 96 horas.

O Governo está, também, implantando um programa de investimento para a modernização da rede armazenadora. A ênfase será estimular a armazenagem ao nível de propriedade rural, que é mais econômica e condizente com a política que objetiva estimular as práticas de mercado.

No plano geral de Governo, estão sendo implementadas medidas de grande importância para a safra 1992/93 e para o futuro desenvolvimento do setor, como a reforma da legislação portuária e a reforma fiscal que propõe a isenção de impostos às exportações de produtos agrícolas. O Plano de Desenvolvimento Estratégico do Governo, ora em elaboração, pretende eliminar gargalos existentes nos setores de transporte, energia e na telemática, possibilitando maior competitividade à economia brasileira, particularmente ao setor agrícola e à agroindústria.

Finalmente, para que a agricultura brasileira realize seu potencial, alguns desafios devem ser vencidos. O primeiro refere-se ao combate à inflação. Um ambiente de estabilidade econômica favorece o desenvolvimento do setor, elimina riscos e permite o planejamento das atividades de médio-longo prazos. Em segundo lugar, deve-se destacar a importância do crescimento da economia como um todo para o desenvolvimento da agricultura, pois aumenta a demanda por produtos agrícolas.

Os governos estaduais também têm um grande papel a desempenhar, na medida em que a taxa-ção ao setor é praticamente exclusiva dessa esfera de governo. Outro obstáculo se refere ao baixo nível de capitalização dos produtores, praticamente dependentes, hoje em dia, de capital de terceiros para o financiamento de seus empreendimentos.